



PSD p.9

Mobilizar os cidadãos para as eleições autárquicas



Parlamento p.15

Privatização "geringonçada" da CGD

# POVO LIVRE



n.º 1962

29 de março de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD

## "CULTURA VIVE UMA IDEIA DE ARTIFICIALISMO"



Pedro Passos Coelho encerrou uma conferência no Parlamento sobre "Cultura e Património"

Encerramento da conferência promovida pelo grupo parlamentar do PSD

# “Cultura vive uma ideia de artificialismo”



Pedro Passos Coelho acusou o atual Governo de “artificialismo” em relação à Cultura, atitude que também é visível em outras áreas da sociedade. “A Cultura, com este Governo, vive uma ideia de artificialismo: de que temos muito mais dinheiro quando não temos, de que se dá muito mais importância quando não dá. Esse artificialismo vive de tentativas de ocultação e restrição da história e muitas vezes de mentiras, quando não de falta de vergonha”, assegurou o presidente do PSD, na sessão de encerramento da conferência promovida pelo grupo parlamentar do PSD sobre “Cultura e Património”, dia 23.

O líder do PSD lembrou também que atualmente, o Orçamento do Estado para a Cultura, “é menor do que aquele que foi num passado em que as dificuldades económicas eram imensas”. “Se hoje existe um Ministério da Cultura, ele desapareceu. Não se sabe o que é feito dele em termos de importância política”, declarou.

Apesar das grandes restrições económicas quando

o Governo que liderou se encontrava em funções, Pedro Passos Coelho afirmou sentir orgulho das políticas que desenvolveu na área da Cultura. “Quando olhamos para trás, apesar das restrições orçamentais, temos razões para nos podermos orgulhar das políticas que desenvolvemos no domínio da Cultura. O que se fez em diversos domínios na área da Cultura deixa-nos tranquilos por saber que não falhámos naquilo que era essencial”, afirmou.

Para o líder do PSD, “a Cultura não pode deixar de ser vista como uma política pública fundamental para promover uma boa regulação da esfera social”, sublinhando que esta é “sempre um elemento fundamental de afirmação de uma sociedade livre e inclusiva.”

“A Cultura para o PSD representa um sustentáculo muito importante para as políticas de combate às desigualdades. E nessa medida também de promoção, coesão e identidade da nossa nação”, afirmou.

Esta iniciativa foi promovida pelo grupo parlamentar do Partido Social Democrata, na sala do Senado da Assembleia da República, e resultou de visitas efetuadas pelos deputados por todo o País, a fim de identificar “valores do património histórico e cultural a necessitar de reabilitação e intervenção por parte do Estado”, explicou Sérgio Azevedo, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

É “crucial uma permanente atuação no domínio patrimonial e museológico enquanto elemento para a defesa e afirmação da identidade nacional, mas também o seu potencial para o desenvolvimento económico e social e para a nossa projecção no mundo”. Foi neste sentido que, em outubro, o grupo parlamentar organizou “jornadas que levaram os deputados social-democratas a todos os distritos do país” e realizou, agora, esta conferência.

Luís Montenegro, líder parlamentar, fez a abertura da sessão, tendo-se seguido o debate sobre “O Património



português em Portugal e no mundo e a sua importância para a nossa identidade e projeção”, com intervenção de Nuno Vassalo e Silva (Fundação Gulbenkian), Maria Calado (presidente do Centro Nacional de Cultura) e moderação do deputado Pedro Pimpão. “Património, Turismo e Território – uma trilogia de sucesso” contou com a intervenção de Clara Almeida Santos (vice-reitora da Universidade de Coimbra), Jorge Barreto Xavier (ex-secretário de Estado e diretor do Programa Cultura Desenvolvimento e Sociedade, ISCTE-IUL) e moderação a cargo de Sérgio Azevedo.

## “Pagar 11% aos financiadores da Caixa para futuro é a total falta de vergonha”

Os custos de emissão de obrigações perpétuas da Caixa Geral de Depósitos (CGD) são demasiados elevados, considerou na quinta-feira, 23 de março, Pedro Passos Coelho, recordando que a taxa de juro cobrada foi de 10,75%. “O Estado nunca retirará da CGD um rendimento de quase 11%”, pelo que serão os contribuintes a “pagar o capital que vai para a CGD”, mas “nunca a verão devolver quase 11% de dividendo sobre o capital investido todos os anos”. Este “é o preço que os contribuintes vão pagar para que a operação não tenha impacto no défice”, acrescentou.

“Como é que isto é considerado um sucesso?”, questiona o líder do PSD, no encerramento da conferência do grupo parlamentar sobre “Cultura e Património”, referindo-se à recapitalização da Caixa e chamando atenção para que “os fundos, que financiaram a emissão de obrigações, vão receber sempre quase 11% de juros pelo dinheiro emprestado”.

“Não sei como é que é possível alguém afirmar que uma operação nestes termos possa ter sido um sucesso”, considerou o líder do PSD. “A Caixa Geral de Depósitos (CGD) é um banco público e foi-o durante todo o tempo em que PSD e CDS-PP estiveram no governo”, afirmou. “Nós fizemos muito pela saúde financeira da Caixa”, lembrou, antes de acrescentar: “Virem aqueles que mandaram ou que foram cúmplices da atribuição de maus créditos responsabilizar o governo que chefiar por não ter limpo a porcaria toda que eles fizeram e dizer que, por isso, é que vão pagar 11% aos financiadores da Caixa para futuro é a total falta de vergonha.”



## Contribuintes pagam, financiadores recebem

De acordo com o líder dos socialistas-democratas, “11% é o preço que vamos pagar todos em Portugal para alimentar esta mentira de que a operação foi um sucesso”. “Fazer sucessos à custa do dinheiro dos outros é fácil”, denunciou, acrescentando que “o que é intolerável é que o primeiro-ministro entenda dizer que este preço que vamos pagar elevadíssimo resulta do governo anterior ter iludido os problemas da banca. Quer, portanto, passar a culpa”. Disse, ainda, que “é dele a decisão de fazer uma emissão obrigacionista perpétua, mas a culpa tem de ser minha, não é dele que tomou a decisão”. Esta atitude, para Pedro Passos Coelho, “não prestigia aqueles que as tomam e os que exercem a política desta maneira”.

Pedro Passos Coelho lembrou que “a nossa economia não cresce o suficiente, em termos nominais está longe de crescer 4% quanto mais 11%”. Assim sendo, “os depositantes, sejam pessoas de grandes capacidades económicas ou de fraco poder económico que têm as suas poupanças na CGD, não receberão com certeza 11%”, alertou. A situação está a ser agravada por “taxas de juro de mercado muito aquém” e o facto de os bancos não pagarem “quase nada pelo que lá está depositado”, afirmou o líder da oposição, lembrando as comissões cobradas pelo setor bancário sem que diga “abertamente que quer cobrar para termos lá o dinheiro”. Assim, apesar de os clientes pagarem “muito para poderem governar a sua vida através dos bancos”, “não recebem quase 11%”, confirmou.



Conselho Nacional

# Eleições autárquicas são para ganhar



O PSD vai disputar as próximas eleições autárquicas “para ganhar”. “Partimos para estas eleições como quem está a disputar as eleições para as ganhar, não alterámos o nosso objetivo”, assegurou Passos Coelho, num discurso de cerca de 45 minutos, durante o Conselho nacional, de 23 de março.

O líder do PSD fez questão de dizer que desde “o concelho mais pequeno ao concelho de maior dimensão urbana”, o PSD fez escolhas para ganhar.

“Quero dizer que, ao nível da própria Comissão Política Nacional, não podíamos ter escolhido de forma politicamente mais intensa e mais forte no caso de Lisboa com a Teresa Leal Coelho, que é minha vice-presidente há mais de um mandato e que tem todas as condições para disputar as eleições em Lisboa para as poder ganhar”, afirmou, recebendo aplausos dos conselheiros nacionais.

Passos Coelho ressaltou que “não há vitórias eleitorais antecipadas”, mas que esse princípio é válido tanto para o PSD como para os outros partidos e deixou um recado aos críticos dentro e fora do partido.

“Eu sei que há umas pessoas que têm o convencimento de adivinharem o resultado das eleições e que acham que os resultados vão ser maus. Isso acontece no espaço público com origem em muitos adversários nossos, mas às vezes também aparecem transmitidas por pessoas que conhecem melhor a nossa realidade”, afirmou.

E acrescentou: “Queria dizer aos de dentro e aos de fora que estamos nestas eleições com os dois pés assentes na terra, que temos escolhas muito boas e estamos convencidos que iremos ter um bom resultados eleitoral”.

## Concessão de crédito de forma arriscada quando o PS estava no Governo

“O que está a acontecer em torno da discussão do sistema bancário e da CGD é um manual de cinismo político insuportável”. A acusação foi feita por Pedro Passos Coelho, na reunião do Conselho Nacional do PSD, de 23 de março.

“Quando o governo do PSD adotou um plano de reestruturação que previa o encerramento de balcões e emagrecimento de pessoal era sinónimo de que o PSD queria enfraquecer o banco público e o queríamos privatizar”, afirmou o presidente do PSD, em tom de ironia. “Agora que querem fechar mais balcões e dispensar mais pessoal, é o preço do nosso legado e não é o que querem fazer. Isto é pura hipocrisia”, acusou.

A CGD é um banco público, está em concorrência,





pelo que tem de respeitar as regras de mercado. Não pode ser financiado pelo estado de forma a violar as regras da concorrência. O PSD não está contra a ideia da reestruturação. O que não aceita é o “cinismo de dizerem que isto é indispensável quando no passado achavam que era perigoso para a natureza pública do banco”.

O Governo português negociou uma recapitalização que não terá impacto no défice desde que possa ser realizada em condições de mercado. A CGD precisa de fazer obrigações perpétuas até quase mil milhões de euros até que se considere que o dinheiro dos contribuintes que o Estado vai por na CGD não tenha de ir para o défice público. A CGD vai pagar quase 11%, um valor muito elevado, “é quase escandalosamente elevado”, denunciou.

Quando a Direção Geral da Concorrência exigiu um pagamento de juro superior a 8%, “aqui d’el rei, que não podiam crescer e pagar. Hoje temos a certeza de que o Estado nunca terá um retorno de 11% sobre o capital que investiu mas a CGD vai pagar quase 11% aos financiadores de fundos permanentes. E esses não resultam nem dos depósitos. Mas os financiadores que asseguram que a CGD não terá impacto no défice português vão receber o que mais ninguém recebe. O Governo considera esta operação um sucesso. É uma forma escandalosa de querer impor aos portugueses e contribuintes um custo demasiado elevado porque tomaram a atitude que tomaram em relação à recapitalização”, afirmou o líder da oposição.

“Era muito importante reconhecer as imparidades que não reconhecemos no passado. Quais? As que resultaram do nosso tempo no Governo? Errado. Se é preciso pôr muito dinheiro na CGD foi por crédito concedido de forma arriscada quando o PS estava no Governo. Durante cerca de quatro anos, vimos a CGD reconhecer quase 5 mil milhões de euros de crédito em risco. Quando o Governo tomou posse, mudou de atitude. A nova administração deixou um legado de que o crédito em risco devia ser calculado de outra maneira, com novas regras Entenderam que deviam provisionar praticamente todo o crédito de risco. Quem paga estas alterações? Os portugueses”, denunciou Pedro Passos Coelho.



Quer isso dizer que todo o crédito em risco vai ser incobrável? Não. O que mudaram foram as regras. A partir de agora, o crédito que puder ser recuperado será lucro excecional para a CGD. Se a CGD entender que já provisionou o que era necessário para poder perder o crédito, pode não fazer o esforço necessário para o recuperar. Se esse risco se materializar, há empresas que verão os seus créditos perdoados porque os contribuintes o pagaram, o que seria insuportável. Pode a CGD também não se importar de cancelar o crédito a todos os que em tribunal procurarão a insolvência dos seus créditos. Teríamos um movimento inusitado, pressionando as empresas a cumprir as suas prestações além do que é razoável.

“Esperaríamos que nos próximos anos o nosso sistema bancário pudesse limpar nos seus balanços o crédito mal parado que ainda existe. Algo de fundamental tem

de mudar na cultura empresarial e bancária, com mais responsabilidade. Não se pode eliminar o risco recorrendo ao financiamento dos contribuintes. A garantir os riscos com o dinheiro dos outros é muito fácil governar. No passado, o que fizemos era demais, agora dizem que foi de menos. Isto é de um cinismo político extraordinário e não pode deixar de ser denunciado”, disse.

### Autárquicas: o PSD tem boas escolhas

O PSD concluiu na semana passada a homologação de candidaturas e avançou no processo autárquico, preparando-se para a “batalha que em pela frente.”

Os social-democratas tinham estabelecido fechar



a maioria dos candidatos no primeiro trimestre, e isso praticamente aconteceu.

“Não há nenhuma razão para estarmos intranquilos com a preparação autárquicas. Não nos faltam candidaturas fechadas, decisões assinaladas e compromissos com parceiros reforçadas. Relevante é que possamos estar a 100% envolvidos neste processo muito importante para a nova geração autárquica”, afirmou o presidente do PSD.

O PSD conseguiu fechar boas candidaturas em todo o país. Já falta muito pouco para encerrar o processo. “Sinto que de um modo geral as candidaturas são boas. Partimos como quem está a disputar as eleições para as ganhar, e fazemos escolhas a pensar no nosso objetivo. Não há vitórias antecipadas, mas isso é para o PSD como para qualquer outro partido. Sinto conforto de saber que captamos independentes com muito valor. Foi uma boa aposta no Porto e em Lisboa, que tem todas as condições para disputar as eleições e as ganhar”, partilhou.

O líder social-democrata afirmou ainda que o partido está nestas eleições com “os dois pés assentes na terra. Temos escolhas muito boas e estamos convencidos que iremos ter um bom resultado. Não somos daqueles que amuam e que fazem fita. Aceitamos sempre os resultados das eleições, com muito fair play democrático. Parto com a consciência de ter feito boas escolhas e de estar a travar um bom nível de combate político como os municípios merecem.”

O PSD luta pelo seu país, no governo e na oposição, servindo-os os portugueses, acima de tudo. Não muda a sua abordagem nem faz um trabalho diferente com as suas ideias.

“O que encontro no país é uma posição de compreensão pelo nosso papel mas de esperança de que nos mantenhamos coerentes, responsáveis, a pensar no futuro. Não estamos aqui a receber posições de hipocrisia. O povo é sereno e atento, e é neles que continuo a confiar”, reiterou.

## Não se podem fundamentar decisões apenas com base no que foi feito no passado

“Chamo a atenção para a persistente atitude do Governo e do primeiro-ministro, que exibem de forma quase doentia de procurar sempre um bode expiatório e a responsabilização do Governo que antecedeu sempre que quer justificar algo que não seria facilmente justificável aos olhos dos portugueses”, denunciou o líder da oposição. “Não temos de estar sempre a olhar para o que se passou. É doentio que persista a tentação de fundamentar as decisões que tomam com o trabalho que foi feito no governo anterior.”

O trabalho que o PSD levou a cabo nos anos de dificuldade foi essencial para que o país pudesse respirar e ter uma liberdade que não teve noutros anos. “Considero desonesto que se possa comparar a situação de 2011 com a 2015. Não são comparáveis. Em 2015, quiseram voltar rapidamente ao governo, enquanto que em 2011 queriam sair rapidamente”, afirmou.

É notória a “dualidade de critérios, para não dizer duplicidade, com que se caracterizam situações que ocorrem hoje e para a maioria são legítimas e naturais e as que foram adotadas no passado eram insustentáveis e contra as quais se devia lutar”.

“Estamos a viver no faz de conta e registamos regressões que não desejaríamos que acontecessem”. O país está a dar uma má imagem de si próprio, como se percebe pelas avaliações das agências de rating. É preciso crescer mais do que crescemos nos últimos anos e já perdemos um ano, atraindo capital, melhorando investimento e a produtividade. Sem isso o que vamos investir nas políticas públicas estará sempre prejudicado.

“Não estão a desenvolver estratégias”, acusou.

## “A nossa noção da Europa é cosmopolita e aberta”

O resultado que se pode registar nas eleições holandesas foi importante para contrariar o sentimento negativo que se veio registando ao nível da UE ao longo dos últimos meses.

“Temos tido notícias de problemas sérios que vêm atingindo o coração da Europa, nos valores de liberdade, que criou apreensões entre os europeus, como o terrorismo e a insegurança. Tal condiciona a forma como as Instituições e os países respondem a situações como as vagas de refugiados. Como a nossa noção da Europa é cosmopolita e aberta, preocupa-nos o aparecimento de nacionalismos, populismos e movimento radicais, que defendem o isolamento político e económico”, disse Pedro Passos Coelho.

É importante que os partidos saibam lidar com os problemas populistas, contrariando estas tendências, tal como aconteceu na Holanda, numa situação que vincou bem os nossos valores europeus. É imperativo lutar por uma Europa de responsabilidade, ao nível nacional e em termos coletivos, e em particular, na zona euro, para que possamos reclamar de forma crescente um nível de responsabilidade coletiva.

“Não somos por um processo federalista, porque defendemos uma Europa de Estados. Não lavamos as mãos de um projeto mais solidário em termos supranacionais”, afirmou.

Para o presidente do PSD, as reações às declarações do presidente do Eurogrupo são um sinal positivo da forma como olhamos para a responsabilidade europeia e do comportamento os mais altos níveis. “Reduzir a uma caricatura de mau gosto os problemas que existem na União Europeia são um absurdo. Não deixa de ser irónico ser o ministro dos Negócios Estrangeiros, que se referiu à



feira de gado, a chamar a atenção para a situação. Mas congratulo o Governo por não ter deixado passar em claro a reação”, referiu.

## Portugal deve viver com responsabilidade

“Este Governo tem procurado não falhar o que são os compromissos das metas orçamentais. Não tenho nenhum problema em dizer que fico mais descansado por cumprir as metas do que se o não fizesse. Mas vamos ver como fazemos as coisas”, alertou Pedro Passos Coelho.

O Governo tomou várias medidas, umas extraordinárias e outras que não se podem repetir muitas vezes. A soma vale mais do que um ponto percentual do PIB.

“Eu prefiro que o país cumpra as suas metas. Precisávamos de tantos cortes no investimento e medidas extraordinárias para os objetivos? Não. Isso decorre de várias escolhas de política. O Governo quis usar a margem de manobra que herdou não para melhorar o défice e ajudar ao crescimento mas para poder dizer que no passado se podia fazer de outra maneira. Podíamos ter atingido as nossas metas sem por em causa o investimento público e a estabilidade em políticas públicas”, disse o líder social-democrata.

Devemos apostar menos no artificialismo e fazer algo de diferente. “Tenho pena de não ouvir o Governo falar de reforma do estado. Diziam que a nossa não era ambiciosa. Para o Governo, quando se trata de reforma, fica-se pelas palavras de descentralização e por tudo o que tem a ver com a introdução de novas tecnologias. Isso fica longe da ambição do que devia ser a reforma do Estado. O Governo e a maioria negam o debate do que é importante discutir, tem sido assim de um modo geral com todos os temas”, acusou.

Têm havido regressões muito negativas. O que se está a passar na educação é “escandaloso. Vai contra os resultados que tínhamos alcançado. O primeiro-ministro elogia o que aconteceu há 25 anos para não admitir que as nossas medidas nos trouxeram progressos assinaláveis em várias dimensões. Baixámos a taxa de abandono escolar precoce, que subiu no ano passado. Tememos que o pior possa acontecer nos próximos anos, porque já foi assim no passado. Sempre que se facilitou, o resultado educativo foi pior”, concluiu.



Teresa Leal Coelho

## “Serei presidente da Câmara Municipal de Lisboa”

Foi à margem do Conselho Nacional do PSD, em Lisboa, que Teresa Leal Coelho afirmou: “Sou candidata à Câmara Municipal de Lisboa (CML) porque estou convicta de que tenho um bom projeto para Lisboa”.

A candidata social-democrata à CML e vice-presidente do PSD defendeu, perante os jornalistas, que o seu projeto “será concretizado quando for presidente de câmara” e assumiu: “Eu serei presidente da Câmara Municipal de Lisboa dentro de alguns meses”.

Referindo-se ao estado de degradação a que a capital do país chegou, Teresa Leal Coelho afirmou que pretende trabalhar “para as pessoas que vivem, para as pessoas que trabalham ou estudam e para as pessoas querem” viver em Lisboa.

“Não queremos uma cidade que seja apenas bonita e que acolha bem os turistas”, declarou assumindo que o PSD quer uma cidade “de mobilidade, com condições de segurança e que permita às pessoas escolher o seu modo de vida sem obstáculos”.

“Não queremos uma cidade com burocracia”, assegurou.

Sobre a sua equipa, que será revelada oportunamente, Teresa Leal Coelho garantiu que será “uma equipa de gente com muita qualidade e que não se servirá da política mas sim servir a política e servir a cidade”.

Congresso do CSV do Luxemburgo

# Défice não é “o mais baixo da história da democracia”

Foi à margem do congresso do Partido Cristão-Social do Luxemburgo (CSV), dia 25, que Pedro Passos Coelho disse estar “satisfeito” com a possibilidade de Portugal sair do Procedimento por Défice Excessivo, mas recusou que este seja o valor “mais baixo em democracia”, como propagandeou o Governo. “Em 1989, quando era ministro das Finanças o Dr. Miguel Cadilhe e primeiro-ministro Cavaco Silva, o défice público português também foi de 2,1%. Não se trata portanto do valor mais baixo da democracia.”

“Este Governo faz, mesmo com medidas extraordinárias, um foguetório imenso porque passou de 3% para 2,1%”, criticou, afirmando no entanto, que ficou satisfeito com a redução do défice.

“Eu fico muito contente, porque prefiro mil vezes que nós possamos ter um défice mais baixo, mesmo que à custa de medidas extraordinárias e outras que não são sustentáveis”.

## “Em 2011, eu recebi um défice de 11%: o défice que o Partido Socialista nos deixou”

O presidente do PSD lembrou também a herança que o Governo que liderou recebeu em 2011. Um legado que penalizou Portugal e os portugueses.

“Quando cheguei ao Governo, em 2011, tinha recebido um défice de 11%, o défice que o Partido Socialista nos tinha legado. Nós dissemos claramente que só era possível atingir [as metas estabelecidas pela ‘troika’] se pudéssemos tomar medidas de natureza extraordinária, e isso foi aceite na altura pela ‘troika’ e não foi dissimulado”, lembrou.

## Com este Governo temos o investimento “mais baixo da democracia”

Pedro Passos Coelho também criticou o corte no investimento público, de 1.170 milhões de euros, afirmando que “são os números mais baixos da democracia em termos de investimento público”.



Registou-se “um corte no investimento público que colocou o investimento público como já não há paralelo” na “história democrática” de Portugal.

“Nós, quando estivemos no Governo, tivemos de adotar políticas muito restritivas que causaram às pessoas menores recursos para serem distribuídos, porque nós não os tínhamos para distribuir, mas ninguém pensará que os Governos tenham de atuar todos os anos nessas circunstâncias”, sustentou.

O líder do PSD defendeu também que Portugal precisa de outras políticas para poder crescer. “É bom podermos dizer para o exterior que o défice desceu (...), mas é preciso dar confiança às pessoas para investirem em Portugal, e isso exige estabilidade e políticas de que normalmente os partidos que apoiam o Governo não gostam - é-lhes difícil apoiar, como se viu no passado, políticas mais amigas dos investidores e dos mercados, e nós sem investimento e sem investidores não vamos conseguir crescer mais”, afirmou.

Pedro Passos Coelho afirmou, também, que “a dívida pública no país aumentou em 2016 depois de ter baixado em 2015” e que os números do crescimento em Portugal “são valores muito modestos” comparados com o crescimento em Espanha e na Irlanda.

## A importância da participação política

O líder do PSD não deixou também de apelar para a participação política dos portugueses nas eleições locais. “É muito importante para a plena integração social e política que o recenseamento possa ser feito e que, nos termos da lei, as pessoas possam não apenas votar mas até candidatar-se”, sublinhou.







## Mobilizar os cidadãos para as eleições autárquicas

O PSD propôs que as eleições autárquicas decorram em 1 de outubro de 2017. A data “garante que todos os candidatos possam ir para o terreno apresentar os seus projetos e ouvir a sociedade civil”, afirmou a vice-presidente do PSD, Teresa Leal Coelho, dia 27, após uma audição com o primeiro-ministro, sublinhando que o PSD está “empenhado em mobilizar todos os portugueses para as eleições”.

A delegação do PSD foi chefiada por Teresa Leal Coelho, vice-presidente, José Matos Rosa, secretário-geral, Carlos Carreiras, coordenador autárquico nacional, e António Leitão Amaro, vice-presidente do grupo parlamentar. A confirmar-se a data proposta pelo PSD, as candidaturas devem ser apresentadas até 7 de agosto.

Teresa Leal Coelho destacou que “as eleições autárquicas são aquelas em que as pessoas têm mais a ganhar com a sua participação”, na medida em que “podem ser atores ativos nos projetos para as suas cidades e freguesias”. Para o PSD, é fundamental a “valorização da sociedade civil”, assim como o envolvimento “dos que têm o direito de votar”.

A vice-presidente do PSD e candidata à Câmara Municipal de Lisboa apelou, assim, à mobilização dos portugueses e à diminuição da abstenção. Foi, neste sentido, que deixou um apelo, também, “a todos os atores políticos para que se comportem exatamente como a democracia exige: com isenção, imparcialidade e, naturalmente, transparência”, não deixando, por isso, de se referir ao Governo, para que contrarie “eventuais situações menos isentas”.



LEVAR  
PORTUGAL  
A SÉRIE



LEVAR  
PORTUGAL  
A SÉRIE



## José Matos Rosa em Peniche

O secretário-geral do PSD José Matos Rosa esteve na sessão de tomada de posse da JSD de Peniche, sábado, 25 de março de 2017.



Autárquicas

# PSD realiza 19 convenções distritais

No caminho para o próximo ciclo eleitoral, o PSD vai realizar 19 convenções autárquicas distritais, duas regionais e um encontro nacional. Os social-democratas continuam, assim, a ser a força política com o processo autárquico mais avançado, agora que, chegando ao final de março, a fase de aprovação de candidatos dá lugar ao segundo momento desta jornada.

O PSD prepara-se agora para estar no terreno, em contacto com militantes, simpatizantes e todos os que queiram participar nas convenções que serão realizadas, mantendo a sua preocupação constante de estar perto das populações. O processo autárquico, inclusivo e próximo do cidadão, passa assim pela realização de 19 convenções autárquicas distritais, quatro das quais já têm data marcada.

Em 2 de abril, decorrerá a convenção autárquica distrital da Guarda. No dia 6 de maio é a vez de Pombal e, a 20 do mesmo mês, a reunião acontece em Lisboa. A 11 de junho, terá lugar a convenção autárquica distrital de Santarém.

O PSD vai realizar duas convenções autárquicas regionais e ainda um encontro nacional de candidatos, que contará com a presença do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho. Do encontro nacional sairá uma carta de compromissos assumidos pelos candidatos nas listas do PSD, para o novo mandato autárquico.



**Acompanhe-nos no dia-a-dia...**

**PSD TV**



Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade  
do PSD



Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras

# Jovens migrantes desapareceram, PSD pede explicações urgentes



Quinze menores fugiram da Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR), em Lisboa, em 2016 e as autoridades portuguesas perderam o rasto das crianças, existindo suspeitas de que alguns menores possam estar a ser vítimas de tráfico de seres humanos. Uma situação grave que motivou um requerimento do PSD, a pedir um esclarecimento urgente ao Governo. “Perante esta grave situação da existência de menores que se encontram em Portugal sob proteção internacional e que após o seu acolhimento desaparecem, quais as medidas que o Governo pretende tomar de imediato?”, interroga o PSD.

Este episódio também já mereceu a atenção e a apreensão por parte do Grupo de Peritos em Ação Contra o Tráfico de Seres Humanos (GRETA), organização do Conselho da Europa que controla a forma como é implementada a convenção contra este tipo de crime, em vigor em Portugal desde 2008. O GRETA terá visitado o Centro, em abril de 2016, e perante o registo dos desaparecimentos dos menores colocou estas preocupações no seu relatório de avaliação nacional que foi tornado público pelo grupo de peritos do Conselho da Europa.

No relatório, as autoridades portuguesas são incitadas a melhorar a identificação e a assistência a crianças vítimas de tráfico e a olhar com especial atenção para migrantes e menores não acompanhados.

Na sequência das observações reportadas no relatório de avaliação nacional do GRETA, o PSD pretende ainda saber quais as respostas que o Governo irá tomar para dar cumprimento à necessidade de monitorização da integração dos menores migrantes acolhidos no território nacional.

## Conselho da Europa aconselhou a que fossem tomadas medidas

De acordo com a deputada do PSD, Ângela Guerra, “a maior pressão migratória a que se assiste, atualmente, exige um maior reforço das medidas de monitorização, nomeadamente dos menores desacompanhados que chegam ao nosso País”. Segundo ela, “o Conselho da Europa foi claro ao dizer que Portugal tem de tomar medidas quanto às condições com que acolhe os migrantes. Não basta acolher”.

“Em todas as audições com o ministro-adjunto da tutela, o PSD tem, recorrentemente, chamado a atenção para a situação dos menores desacompanhados que chegam a Portugal. Nas visitas a várias instituições de acolhimento, ficamos com a perceção de que, por falta de recursos, estratégia e organização, as crianças não eram devidamente acompanhadas e que factos como este podiam ocorrer a qualquer momento”, denuncia a deputada. “Infelizmente, o Governo desvalorizou os nossos constantes alertas”, acrescenta.

## Tratado de Roma

# Sessenta anos de paz, de solidariedade e progresso

No sábado, 25 de março, cumpriram-se 60 anos da assinatura do Tratado de Roma. Para o Partido Social Democrata, é tempo de celebrar o espírito que esteve na assinatura do documento que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM).

“Há 60 anos, nos escombros da Segunda Guerra Mundial, que fez mais de 50 milhões de vítimas, seis países comprometeram-se a manter e consolidar a paz, aproximando os países europeus num projeto comum”, assinalou a deputada Regina Bastos, no Parlamento.

Foram duas matérias-primas, o carvão e o aço, que estiveram na origem do projeto europeu. “Depois, o estreitamento dos laços entre os Estados-Membros permitiu uma ambição política e social e a visão de uma Europa alargada a outros países, fomentando os valores partilhados e a solidariedade entre os povos. Nunca foi pretensão desta construção política, económica e social, apagar as identidades nacionais. Sempre afirmou o respeito pela liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e pelos direitos humanos”.

Os resultados alcançados, para Regina Bastos, são visíveis: o mercado comum e a livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços; a moeda única; as políticas de ambiente; as políticas de segurança; a proteção dos direitos fundamentais; e a igualdade entre homens e mulheres.

Para Portugal, a adesão à CEE ajudou a modernizar o País, a consolidar a frágil democracia e a aspirar a maior prosperidade e justiça social para todos os portugueses. “A adesão à então CEE, em 1986, ajudou a concretizar um modelo democrático centrado na proteção do bem-estar integral dos cidadãos portugueses. Durante os anos da pertença de Portugal à União, PSD, PS e CDS lideraram a afirmação dos valores europeus e da participação no aprofundamento da União”.

Regina Bastos considera que o PSD estará, como sempre, empenhado na construção de uma Europa forte e unida, lamentando no entanto que, entre as forças



partidárias que suportam o atual Governo, subsistam “aquelas que ainda rejeitam o projeto europeu, que fazem uma avaliação negativa da nossa participação e que se afastam do diálogo das famílias europeístas para as reformas e mudanças que são necessárias”.

Reconhecendo que se vivem hoje tempos complexos na União Europeia, Regina Bastos defende que Portugal deve contribuir para uma agenda de unidade e de solidariedade. “Temos de dar as respostas que os cidadãos procuram da Europa. É preciso acabar com o oportunismo político de governos que teimam em culpar a Europa pelos fracassos e exibir como louros nacionais os êxitos de uma Europa Comum”, afirma a deputada. “A União

precisa de coragem para fazer as reformas de futuro: completar os projetos inacabados, pensar nos mais jovens que estão à margem do mercado de trabalho e procurar soluções para os desempregados de longa duração. Apesar dos movimentos eurocéticos e populistas, a força deste projeto continua presente, 60 anos depois, e com os mesmos valores: a Paz, a Solidariedade e o Progresso Económico e Social. O Partido Social Democrata sabe a Europa que quer: queremos uma Europa mais forte e mais unida”.

O Tratado de Roma foi assinado em 25 de março de 1957 pela Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha.

## PSD cada vez mais próximo dos cidadãos

A comunicação com o Partido Social Democrata é cada vez mais fácil. O Messenger do PSD está agora disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, em qualquer parte do mundo, e à distância de um clique para todos os cidadãos que queiram falar com o Partido, através da página oficial do Facebook.

O Messenger do PSD é agora um assistente virtual, pronto a responder a todas as perguntas acerca do Partido: notícias, agenda, filiação, “newsletter”, pagamento de quotas, entre outras possibilidades.

O Partido Social Democrata continua assim a comunicar de forma ainda mais eficaz com os seus quase 140 mil seguidores nesta rede social, assumindo-se como pioneiro nesta frente, tanto no plano nacional como no plano político.





## Ataques cobardes e desumanos

O Partido Social Democrata repudia veementemente os ataques em Londres e as ameaças à liberdade e à integridade dos cidadãos britânicos e europeus. Os acontecimentos de hoje são cobardes e desumanos.

Esta é a hora de endereçar as condolências às famílias das vítimas mortais deste ataque e de fazer votos de uma rápida recuperação dos feridos. O PSD solidariza-se com o povo britânico que sempre soube acolher milhões de cidadãos independentemente da origem, da sua orientação política ou crença religiosa numa sociedade norteadada pela liberdade e tolerância.

Mas é, também, a hora de reafirmarmos os valores da nossa sociedade democrática, aberta e livre que o terrorismo ameaça, e de reforçar a nossa determinação de não permitir que a violência terrorista prevaleça. A liberdade, a segurança e a paz são valores fundamentais pelos quais devemos lutar todos os dias. Mantemo-nos firmes na sua defesa.





## Privatização “geringonçada” da CGD

“A curiosidade é que esta é uma capitalização às esquerdas. Se fosse feita pelo PSD, levantavam-se todas as vozes a dizer que está em curso uma privatização encapotada”. No debate quinzenal, de dia 22, na Assembleia da República, o PSD acusou o atual Executivo de fazer uma “privatização geringonçada” da Caixa Geral de Depósitos (CGD).

“A curiosidade é que esta é uma capitalização às esquerdas, se fosse feita por nós levantavam-se todas as vozes a dizer que está em curso uma privatização encapotada. Agora o que está em curso é uma privatização ‘geringonçada’, é a nova modalidade que PS, PCP e BE apoiam neste parlamento”, referiu o líder do grupo parlamentar do PSD.

Sobre a emissão de obrigações da CGD que está em curso, Luís Montenegro afirmou que esta configura “uma espécie de empréstimo permanente” ao banco público.

### CGD negocia com “fundos abutres”

Mais uma vez, António Costa não responde a perguntas dos deputados, sobretudo em relação à Caixa Geral de Depósitos (CGD). Costa recusou explicar as razões que levam o banco público a subscrever um empréstimo no Luxemburgo (fuga aos impostos em praça financeira), bem como o montante de juros anuais (10%) a liquidar a “hedges funds”, os tais “fundos abutres” denunciados pelo BE, PCP e PS.

Luís Montenegro lembrou que os sociais-democratas “há muito que têm instado o Governo a prestar esclarecimentos sobre a reestruturação e recapitalização da CGD”. Contudo, prevalece, por parte do Executivo e dos partidos que o suportam, “opacidade e falta de transpa-



rência”. “Nunca tivemos respostas”, reforçou o deputado.

Para Luís Montenegro, a emissão de obrigações da CGD (“uma questão importante deste plano apoiado” por socialistas, bloquistas e comunistas) dirige-se a investidores institucionais (aqueles que o PCP e o BE “habitualmente designam fundos abutres”) e “configura uma espécie de empréstimo permanente” à CGD.

O líder parlamentar do PSD acusou o primeiro-ministro de ocultar durante o debate quinzenal se o

Luxemburgo foi a praça financeira escolhida pela CGD para fazer a emissão de obrigações e estranhou o silêncio da esquerda. “É verdade que a praça escolhida para esta operação é o Luxemburgo?” Nesse caso, que critérios estão na base desta escolha, questionou ainda. Em segundo lugar, “está em condições de dizer qual é a taxa de juro?”. Não obteve respostas, contudo.

“Lamento que o primeiro-ministro tenha ocultado das suas respostas o que era objetivamente dar uma explicação sobre uma pergunta muito concreta: confirmar

se a praça luxemburguesa é a escolhida pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) para fazer a emissão das obrigações perpétuas e as razões pelas quais foi essa a escolha, se se confirmar”, afirmou Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas no final do debate.

Luís Montenegro perguntou a António Costa se “concorda com o presidente da CGD quando diz que não pode haver um balcão da Caixa em locais onde não há balcões de outros bancos? Qual é o critério que vai presidir a estes encerramentos e que orientações deu o Governo para proteger o serviço público da CGD?”.

O líder da bancada do PSD reforçou ainda que, se “a gestão da CGD é independente e funcional”, “as decisões estratégicas emanam do Governo”. Contudo, “o que não se pode é acusar os governos anteriores quando se trata de assumir as orientações estratégicas que deram e, quando se trata das suas, ignorar”.

## Flexibilização curricular

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, questionou ainda António Costa sobre uma eventual nova reforma na educação que passaria pela flexibilização curricular e que chegou a ser admitida pelo secretário de Estado da Educação João Costa, mas na qual o Governo teria recuado.

Luís Montenegro questionou o primeiro-ministro sobre quais os erros que considera terem sido cometidos na área da educação, salientando que várias avaliações independentes apontam para melhorias.

## Declarações do presidente do Eurogrupo são “indignas e inaceitáveis”

Luís Montenegro repudiou também as declarações do presidente do Eurogrupo, que classificou como indignas e inaceitáveis, e defendeu o seu afastamento do cargo.

“Repudiamos com toda a veemência as declarações do presidente do Eurogrupo, venham de um socialista, como é o caso, ou de um responsável de outra família política, este tipo de declaração é impróprio, indigno e inaceitável”, assegurou.



O líder da bancada do PSD criticou as declarações de Jeroen Dijsselbloem, quer na forma, dizendo que “gráçolas de mau gosto não se coadunam com a dignidade de cargos e instituições”, quer no conteúdo.

“Não aceitamos que se desmereça o esforço e sacrifícios dos portugueses que, com muito esforço, contribuíram para a recuperação do país”, defendeu Luís Montenegro, reafirmando que “quem não respeita isto só tem um caminho e o caminho é ir embora”.

O PSD entregou na Assembleia da República um voto de condenação pelas “declarações inaceitáveis” de Jeroen Dijsselbloem, no qual defende o seu afastamento do cargo de presidente do Eurogrupo.

“A Assembleia da República repudia as declarações proferidas pelo atual presidente do Eurogrupo e considera-as incompatíveis com a permanência de Jeroen Dijsselbloem no cargo que ocupa no seio do Eurogrupo”, lê-se no texto assinado pelo presidente do partido, Pedro Passos Coelho, e pelo líder da bancada do PSD, Luís Montenegro, entre outros deputados.

Nos considerandos do voto, os sociais-democratas classificam as declarações do ministro das Finanças holandês como “insultuosas e inaceitáveis para Portugal”.

“Ninguém que exerça cargos desta importância nas estruturas europeias, seja qual for a sua proveniência partidária, pode fazer declarações deste tipo sem se sujeitar a uma condenação política veemente”, refere o texto.

## Dívida

# Governo joga à lotaria com o futuro dos portugueses

“O Governo está a jogar à lotaria com o nosso futuro. A atuação do Governo em matéria da dívida, como noutras, é o reflexo de uma política imediatista, sem olhar às consequências para o futuro, sem visão para o País no longo prazo”. A acusação foi feita por Inês Domingos, deputada do PSD, durante o debate parlamentar que decorreu na quinta-feira, 23 de março.

“Com o PS, os portugueses acordam todos os dias a ver o mesmo filme: mais dívida, mais risco, menos prudência”, complementa a deputada.

Inês Domingos lembrou que, com o governo liderado por Pedro Passos Coelho, procedeu-se à substituição de dívida mais cara por outra mais barata, poupando aos portugueses 2,2 mil milhões de euros em juros, logo em 2011.

“O que nos preocupa é onde estariam as taxas de juro da dívida portuguesa se não houvesse o BCE?”, sublinhou Inês Domingos.

Para o PSD, é preocupante a ausência de uma política de consolidação estrutural das contas públicas, o corte brutal no investimento, a falta de confiança dos investidores e aforradores em Portugal.

Já o deputado Cristóvão Norte criticou a encenação, a irresponsabilidade e a ausência de medidas dos partidos da maioria que suporta o Governo, para diminuir a dívida. “O que verificamos é que as taxas de juro continuam a subir”, afirmou.

O governo socialista tem estado a negligenciar o aumento dos custos de financiamento de Portugal. Em cada emissão de médio e longo prazo, o Estado paga mais. De acordo com o Boletim Estatístico de fevereiro do Banco de Portugal, a dívida total de Portugal, em dezembro de 2016, fixava-se nos 241,1 mil milhões de euros. A dívida bruta representou, no ano passado, 130,1% do PIB, significando um aumento em relação aos 129% registados um ano antes.





# POVO LIVRE

Directora: **Maria Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [psd@mail.telepac.pt](mailto:psd@mail.telepac.pt)

## Visto

### Uma oportunidade única

As economias norte-americana e europeia manifestam um crescimento e uma vitalidade extraordinárias. O desemprego começou a descer nos países da União Europeia, que ainda há menos de doze meses viviam obcecados com o espectro de uma crise social imparável. As perturbações vividas na Ásia, e sobretudo no Japão, para já não toldam horizontes optimistas no nosso continente. O alargamento da União Europeia está em vias de arranque, mas o seu ritmo não preocupa minimamente a economia portuguesa.

Numa palavra, há muito tempo que a nossa economia não tinha condições externas tão favoráveis para se poder expandir, para criar emprego, para aumentar o poder real de compra dos portugueses.

Por outro lado, vivemos em estabilidade política. O Presidente da República não só não tem bloqueado o Governo, como lhe tem proporcionado magnífico clima institucional para poder governar. O PSD, líder da Oposição e alternativa de Governo, tem defendido que a legislatura é para cumprir e que as próximas eleições parlamentares não devem ser realizadas antes de Outubro de 1999.

Por outras palavras, o ambiente político continua a ser extremamente favorável a um Governo que queira cumprir as suas promessas e satisfazer as necessidades dos portugueses.

Neste quadro, 1998 é um oportunidade única e tão depressa irrepetível de um ano com a economia a crescer, sem crises políticas nem eleições.

Por isso mesmo, é legítimo esperar que seja um ano óptimo para os portugueses. Que o Governo, nele, promova o emprego, melhore as condições de vida de todos, sobretudo dos mais pobres e desfavorecidos, reforme a educação e a saúde, olhe para as carências sociais. Ou seja, um ano óptimo para o Governo finalmente governar.

É isso que esperamos e desejamos por Portugal.

**Marcelo Rebelo de Sousa**

### Direcção Nacional não se envolve em eleições internas

No decurso dos próximos meses terminam vários mandatos de titulares de órgãos concelhios e distritais do Partido, bem como de organizações autónomas.

A Comissão Política Nacional, reunida em 17 de Dezembro de 1997, por proposta do Presidente, entendeu que nenhum dos seus membros em exercício de funções deve pronunciar-se ou intervir nos correspondentes actos eleitorais.

Por esse motivo, carecem de fundamento quaisquer especulações sobre preferências do líder do Partido ou dos membros da Direcção Nacional quanto a candidaturas apresentadas nas referidas eleições.

Encontros/Debate promovidos pelo "Povo Livre"

## Governo tem de olhar para os deficientes como portugueses de primeira

página 7

Contra colecta mínima do IRC

### Debate de urgência sobre impostos no Parlamento

página 4

Para acabar com a hipocrisia

### PSD acelera lei de financiamento de Partidos

página 4



## Líder do PSD é o único a exercer funções autárquicas

Marcelo Rebelo de Sousa tomou posse como presidente da Assembleia Municipal de Celorico de Basto, município onde o PSD venceu as eleições autárquicas, com maioria absoluta, no passado dia 14 de Dezembro. O Presidente do PSD passa, assim, a ser o único líder político português a exercer funções autárquicas.

## Bruxelas aberta a reforçar fundos a Portugal

página 6

### JSD reúne-se em XIII Congresso Nacional

A Juventude Social Democrata realiza, na próxima sexta-feira, sábado e domingo, o seu XIII Congresso Nacional, que decorrerá em Viseu, no Pavilhão da Expo-Beiras.

### TSD comemoram XIII aniversário

página 12



## A coragem de reformar e o risco do populismo à portuguesa

**José Matos Rosa (\*)**

Agora que passam 60 anos da assinatura do Tratado de Roma, não podemos deixar de recordar o que uniu os líderes políticos desse momento fundador do projeto europeu.

Naquele dia 25 de março de 1957, olhava-se em frente como talvez nunca antes a Europa tinha feito, com esperança num projeto em que os povos estivessem unidos pelas suas origens comuns, pela ambição de uma prosperidade ampla, pela força da solidariedade que aproximaria as diferentes partes.

Portugal quis integrar a comunidade europeia. Foi esse espírito da solidariedade que nos permite hoje ver um antes e um depois da adesão, em todo o território português. Sabemos o quanto os autarcas conseguiram fazer pelas populações com os fundos que, vindos da Europa, tiveram como objetivo desenvolver o país e proporcionar um nível de progresso que as nações mais desenvolvidas do nosso continente já tinham. A livre circulação abriu horizontes sociais, culturais e profissionais e as perspetivas económicas ampliaram-se. Portugal cresceu muito por fazer parte desta comunidade europeia e essa é uma certeza que não deve ser colocada em causa na cegueira do debate demagógico.

Esta celebração tem sido um momento oportuno para fazer a tão necessária reflexão sobre o futuro, sobre o papel da Comissão e das instituições. Creio que uma dessas reflexões será unânime - queremos uma ação política corajosa. Queremos líderes europeus que, pela força das suas ideias e pelo entusiasmo das suas ações, conduzam a comunidade europeia num novo ciclo de prosperidade, paz e desenvolvimento.

Como o presidente Jean-Claude Juncker referiu, precisamos de responsabilizar os líderes nacionais, exigindo-lhes a mesma coragem e fibra que os protagonistas de Roma revelaram.

O que queremos do futuro? Queremos mais do que meras vozes a clamar soluções. Precisamos de compreender que as decisões estão nas mãos de todos nós, cidadãos europeus, e dos líderes nacionais.

Queremos que os discursos conflituosos sejam substituídos pela disponibilidade para negociar em função do interesse nacional e europeu. Devemos ser parte da solução. Não queremos mais divisões ou grupos.

Queremos que sejam reformadas as instituições europeias, na perspetiva de uma Europa de vários Estados e não ambicionando ter um superestado europeu. Queremos um reforço do euro e da união bancária. Precisamos de adicionar ao Mecanismo Europeu de Estabilidade um verdadeiro fundo monetário europeu, como o PSD tem vindo a defender há vários anos. Queremos um mercado mais forte, onde as oportunidades são aproveitadas, em áreas como a energia, em que o governo do PSD e CDS-PP soube mostrar iniciativa e representar os interesses de Portugal e Espanha a nível europeu. Queremos mais ação na resposta à crise migratória e queremos novas soluções de segurança interna.

Não queremos o retrocesso de muitas décadas que constituiria a saída de Portugal da comunidade europeia e da moeda única. Não precisamos-nem podemos-ceder ao populismo à portuguesa das forças radicais, que defendem o isolamento de Portugal face à Europa, ao arrepio das nossas raízes europeias e passado comunitário. O PSD tem esta certeza muito clara, talvez por ter sido o partido onde a defesa de Portugal como um país europeu começou mesmo antes da sua fundação.

Somos parte da solução e, como fizemos ao liderar, o governo anterior, trabalhamos por dar a todos os portugueses uma Europa mais forte. Fazemo-lo dentro de portas e no espaço comunitário, onde integramos a família política do Partido Popular Europeu, que fará certamente esta reflexão sobre o futuro no congresso, que se realiza na próxima semana.

Que as próximas décadas do projeto europeu tenham o entusiasmo e a esperança das primeiras. Que tenham o espírito reformista necessário para nos ajudar a responder aos desafios que a Europa tem deixado para trás. Que tenham a coragem política de reformar o que é preciso reformar, porque a alternativa pode ser a fragmentação do projeto europeu.

E que Portugal possa ser uma voz decisiva na resolução de problemas e soluções comuns.

(\*) Secretário-geral do PSD

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 07 de Abril de 2017, (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede, sita na Av. Alcades de Faria, 270, 1º D, - Barcelos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e votação da conta de gerência 2016
- 3 - Análise da candidatura autárquica municipal

### CRATO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Crato, para reunir no próximo dia 08 de Abril de 2017, (sábado) pelas 11h00, na sede, sita na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 12, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Eleições Autárquicas 2017

- a) Candidatura à Câmara Municipal do Crato
- 2 - Análise da situação política

### ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 08 de Abril de 2017, (sábado) pelas 15h30, na sede, sita na Rua Almirante Reis, 64, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Contas referentes a 2016 e orçamento 2017
- 3 - Autárquicas 2017
- 4 - Análise da situação política
- 5 - Outros assuntos

### ILHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Abril de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Edifício Illiabum, Bloco A - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do relatório e contas de 2016
- 2 - Apreciação e votação do plano de actividades e orçamento para 2017
- 3 - Análise da situação político partidária
- 4 - Outros assuntos de interesse geral

### MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Miranda do Corvo, para reunir no próximo dia 07 de Abril de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Belisário Pimenta, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local

### TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Trofa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 07 de Abril de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Camilo Castelo Branco, nº 222, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos
- 2 - Apresentação, discussão e votação das contas referentes ao ano de 2016
- 3 - Apresentação do orçamento e plano de actividades para 2017
- 4 - Análise da situação política

### VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 28 de Abril de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Vasco da Gama, nº 6 - Vila Nova da Barquinha, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

**Notas:**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, em Santarém, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 21h00 e as 23h00.



### CARTAXO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Cartaxo, para o dia 8 de Abril de 2017, pelas 15h, na sede do PSD do Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, nº 32A 1 Drt, Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2017;
- 2 - Discussão do Relatório de Atividades para 2017;
- 3 - Outros Assuntos.

### LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Loulé, para reunir no próximo dia 08 de Abril de 2017 (Sábado), pelas 17h00, na Sede do PSD/Loulé, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Resumo do Mandato;
- 2 - Situação Política Concelhia;
- 3 - Outros assuntos;

### MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da JSD Concelhia de Manteigas, para reunir no próximo dia 6 de Maio de 2017, pelas 16 horas, sita na Rua São João de Deus, n.º 2, Manteigas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Manteigas.

**Notas:**

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Manteigas

ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h00m e as 20 horas.

### SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Santo Tirso para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2017 pelas 16 horas, na sede do PSD, sita no Largo Coronel Baptista Coelho, nº 21, Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço do 1º ano de Mandato da Comissão Política;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos.

### VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Viana do Castelo, para o Plenário a realizar no próximo dia 30 de Abril de 2017, pelas 14h30, na Sede Concelhia do PSD Viana do Castelo, sita na Praça da Galiza, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão política de Concelhia da JSD Viana do Castelo.

**Nota:**

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital da JSD Alto Minho, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A entrega das listas decorre na Sede da Concelhia do PSD Viana do Castelo, na morada supra identificada. As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.